

O direito dos indígenas à voz

Cid Furtado

Jornalismo, Cinema, Rádio e Televisão pela Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. Diretor de Conteúdo da RRCK – Comunicação e Marketing e da revista *Brasileiros de Raiz*, Brasília, DF, Brasil.

A Constituição Federal de 1988 consagra, entre os variados princípios que enumera, uma série de conquistas pelas quais lutaram os povos indígenas na Constituinte, dentre as quais, o direito à preservação de sua “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens”, previsto no artigo 231.

Como cidadãos brasileiros que o são, também se podem valer das garantias elencadas no artigo 5º da Carta Magna, dentre as quais se pode destacar a igualdade de direitos e obrigações e o direito à liberdade de expressão. É justamente por buscar resguardar seus direitos que os povos indígenas, hoje, levantam sua voz para que os demais cidadãos brasileiros a ouçam, lhe deem o devido valor e a respeitem!

Apesar de constitucionalmente terem garantidos os direitos a tratamento igualitário diante da sociedade, direito à expressão e voz, a realidade brasileira não permite, até o presente, o exercício pleno de tais conquistas. As comunidades indígenas sofrem ainda com o pouco interesse e descaso por parte da sociedade nacional.

A identificação desta realidade fica possível com uma análise superficial do tratamento dispensado pela mídia ao debate e divulgação de informações sobre as comunidades indígenas brasileiras. A falta de informações qualificadas e atuais sobre as questões indígenas mantém essa minoria à margem e longe dos olhos da sociedade. Poucas são as oportunidades e espaços que efetivamente proporcionam a inclusão social destas sociedades que ocupam cerca de 12%

do território nacional, têm uma população de aproximadamente 800 mil pessoas (dados do censo demográfico IBGE – 2010), divididas em mais de 200 etnias, falando mais de 180 línguas diferentes do português.

Levar informação à sociedade sobre essas comunidades, que formam a raiz mais pura da identidade cultural brasileira é, acredito, uma das formas legítimas e efetivas de buscar a inclusão e o resgate de uma dívida social de 511 anos de desrespeito, dominação, violência, descaso e abandono.

O lançamento do primeiro veículo de comunicação periódico, de caráter jornalístico, voltado especificamente a estimular o debate e a divulgação da causa indígena, pode representar o início de uma mudança de postura da sociedade diante das comunidades indígenas brasileiras.

A revista *Brasileiros de Raiz* busca contribuir no despertar de um novo olhar sobre a vida, a cultura, os avanços e retrocessos na luta pela sobrevivência dos indígenas brasileiros. Mais do que informar sobre a cultura e a vida das comunidades indígenas, *Brasileiros de Raiz* se propõe a estimular a discussão na sociedade, ouvindo todos os atores envolvidos na permanente luta pela sobrevivência indígena. Pretende-se dar livre expressão e direito à voz às comunidades indígenas, bem como aos órgãos governamentais, de defesa das minorias e à sociedade civil, publicando suas razões, sem vinculações partidárias ou preferências de qualquer ordem, colaborando com o debate democrático e, ao final, com a inclusão social dos povos indígenas nas políticas públicas do Estado brasileiro.

Assim como fizeram no passado, as lideranças indígenas brasileiras, neste século XXI, reclamam o direito de serem ouvidas, de falar, de se autodeterminar, de opinar sobre os assuntos que lhes dizem respeito, de decidir, com liberdade, o seu futuro.

Diferentemente do que aconteceu no passado, quando a política indigenista era tutelar, as populações indígenas buscam atualmente unir o desenvolvimento econômico autossustentável com a preservação de sua identidade, modo de vida e território, valendo-se, para isso, dos instrumentos legais nacionais e internacionais¹ disponíveis e, ainda, da força da comunicação!

Nesse contexto, Marshall McLuhan, estudioso canadense criador dos conceitos de “aldeia global” e de “impacto sensorial”, já nos anos 60 desenhou a arquitetura da comunicação, estudando os efeitos dos recursos da mídia na vida da sociedade; entendia ele os meios de comunicação como extensão do homem, modificando as estruturas sociais.

Os brasileiros indígenas deste século precisam, pois, fazer uso das tecnologias de comunicação disponíveis para revelar sua realidade, como minoria étnica, e reivindicar atenção e reparação aos danos causados pelo desrespeito de seus direitos básicos.

Revelar sua realidade sim, pois, a despeito da edição da Lei n. 11.6450 de 2008, e de ser, então, obrigatório, o ensino referente à história e cultura indígena nas escolas, a realidade educacional brasileira demonstra total desconhecimento e desinteresse pelo modo de vida, desenvolvimento, anseios e projetos que as comunidades indígenas buscam na época atual.

A questão da demarcação das terras indígenas e de sua invasão por “interesses econômicos, ou de Estado”, veio à lume recentemente, demonstrando amplitude de conhecimento desses povos; todavia, o aspecto impulsionador do sucesso de tais empreitadas foi, sem dúvida, a divulgação diuturna dos conflitos e das reivindicações feitas na mídia.

A força da comunicação, através de seus veículos, revelou verdades, demonstrou a existência e a vontade dos povos indígenas, bem como que lhes assegurou direito a tanto, com base na própria lei dos “brancos”.

A divulgação, pois, de seus atos e seus reclames, em todos os meios midiáticos disponíveis, constituiu, no mundo pós-moderno, uma garantia da efetividade de seus direitos, pois lhes dá publicidade e os submete ao consenso popular no Brasil e no mundo, o que lhes garante o caráter imperativo.

Nessa realidade, existem na atualidade diversos veículos de comunicação que se prestam a transmitir tais informações, formando uma rede de conhecimento de alta celeridade e de alcance mundial.

Mergulhadas na realidade inexorável do mundo globalizado, a comunidade indígena possui à sua disposição vários meios de comunicação que relatam suas lutas diárias em sítios de organizações governamentais, como o da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Museu do Índio, e da própria Funai (Fundação Nacional do Índio), bem como de organizações não governamentais que atuam em paralelo ao Estado, apoiando e ajudando os índios na busca e na preservação de seus ideais.

É necessário destacar que a criação de um veículo de comunicação voltado especificamente à temática indígena não pode nem deve ser considerado mais que um instrumento momentâneo de apoio ao processo de inclusão social desta minoria de brasileiros. Um instrumento de transição, até o momento em que as próprias comunidades tenham se apoderado das tecnologias e da linguagem própria para o debate com a sociedade não indígena, permitindo que suas informações e anseios possam ser plenamente compreendidos.

O processo de apoderamento destes conhecimentos já começou em várias comunidades, mas ainda é dependente de apoio e estruturação de organizações da sociedade civil e apoiadores das comunidades indígenas. Tecnologias como a informática, telefonia móvel celular, equipamentos de vídeo e áudio de última geração, bem como o conhecimento da linguagem narrativa, estão sendo levados às aldeias e, em breve, os indígenas que atualmente estão nos bancos das universidades brasileiras dominarão as

¹ Como a declaração da ONU sobre os direitos indígenas. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Marshall_McLuhan Acesso em 19/5/2011.

teorias de comunicação, tendo plenas condições de assumir sua autodeterminação e desenvolvimento no que diz respeito aos processos midiáticos.

O uso das ferramentas de comunicação pelos indígenas sem a interferência de terceiros irá, no futuro, fortalecer o processo de inclusão social e econômica destas comunidades, permitindo que possamos conhecer finalmente a face de um Brasil quase invisível nos dias de hoje.

Brasileiros de Raiz é uma revista bimestral, de cunho jornalístico, editada pela RRCK – Comunicação e Marketing, com apoio da ONG Sociedade Nheengatu de Documentação, Preservação e Divulgação de Cultura e Esporte Indígena e Meio Ambiente.

A publicação aborda entre diversos temas cultura, esporte, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, saúde, direitos indígenas, buscando traduzir ao leitor os anseios das comunidades indígenas. Brasileiros de Raiz traz a lume temas polêmicos como o estatuto do índio, o fim da tutela, a religiosidade, medicina tradicional e outros. Para tanto, além de ouvir as comunidades indígenas, busca a colaboração de especialistas em diversos setores, que através de artigos curtos, com aproximadamente 60 linhas, analisam essas questões de forma direta e clara.